



DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Assinalar a alternativa correta.

A partir do conceito de constituição, formulado pela doutrina constitucionalista contemporânea, é correto afirmar que:

- a) podem ocorrer ditaduras com sistema constitucional, a exemplo do que ocorreu no Brasil no período de domínio militar iniciado em 1964.
- b) a diferenciação das diversas tarefas estatais e sua atribuição a diferentes órgãos ou detentores do poder, para evitar a concentração de poder, é função básica de uma autêntica constituição.
- c) não faz parte das atribuições básicas de uma constituição a criação de mecanismos para adaptação pacífica da ordem fundamental às mutáveis condições sociais e políticas, ficando tal tarefa apenas ao intérprete.
- d) os direitos humanos são de tal forma reconhecíveis, independentemente do direito positivo, que sua constitucionalização é desnecessária e até mesmo indesejável.

2. Assinalar a alternativa correta.

- a) Como Federação, o Brasil sempre contará com autonomia legislativa dos Estados, sem que existam limites a essa autonomia.
- b) A Federação Brasileira é composta pela União, Estados e um Distrito Federal, tendo os Municípios autonomia em temas de seu particular interesse nos termos da respectiva Lei Orgânica.
- c) A exploração de portos fluviais e lacustres compete aos Estados.
- d) Como República, o Brasil conta com o exercício do poder político em caráter eletivo, transitório e com responsabilidade.

3. Assinalar a alternativa correta.

- a) É de competência estadual a legislação sobre desapropriação no âmbito de cada Estado.
- b) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.
- c) A União não poderá intervir nos Estados que deixem de entregar aos Municípios menos de 30% da participação na arrecadação tributária, em cada exercício.
- d) Os Municípios estabelecerão livre e autonomamente suas leis orgânicas, vedado porém o estabelecimento de inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do município.

4. Assinalar a alternativa correta.



- a) Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, salvo aquelas de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, como a legislação tributária.
- b) Não se incluem entre as atribuições do Congresso Nacional julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar relatórios sobre a execução dos planos de governo, nem zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes.
- c) Os princípios orçamentários reforçam a utilização do orçamento como instrumento de controle democrático e são os de exclusividade, programação, equilíbrio, anualidade, unidade, universalidade e legalidade.
- d) O controle externo sobre as atividades financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União é exercido exclusivamente pelo Tribunal de Contas da União, sem ingerência do Congresso Nacional.

5. Assinalar a alternativa correta.

- a) Admitida acusação contra o Presidente da República e recebida a denúncia pelo Supremo Tribunal Federal, o Presidente da República não será suspenso de suas funções até decisão final transitada em julgado.
- b) O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República formado por seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, escolhidos pelo próprio Presidente da República.
- c) Compete privativamente ao Presidente da República a nomeação do Presidente do Tribunal de Contas da União.
- d) Os regulamentos executivos ou de execução são os admitidos em nosso regime de direito positivo, sendo vedados os autônomos, os delegados e os de necessidade ou urgência.

6. Assinalar a alternativa correta.

- a) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e todas as decisões fundamentadas, sob pena de nulidade, motivadas as administrativas, admitida exceção apenas quanto à publicidade.
- b) A vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio, consagradas na Constituição Federal, bem como o acesso por concurso público, garantem aos juízes tratamento diferenciado, exigindo sejam os juízes respeitados e privilegiados.
- c) Tendo a Constituição Federal fixado que a arguição de descumprimento fundamental dela decorrente será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, as alegações de tais violações deverão desde logo ser encaminhadas àquele Órgão, vedada a apreciação pelos demais.
- d) A criação de juizados especiais pela União e Estados não é obrigatória, devendo ser instituídos apenas onde os órgãos judiciais não respondam suficientemente à demanda de prestações jurisdicionais.



7. Assinalar a alternativa correta.

- a) A inconstitucionalidade por omissão verifica-se nos casos em que não sejam praticados atos legislativos ou administrativos requeridos para tornar plenamente aplicáveis normas constitucionais.
- b) As decisões definitivas de mérito nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei produzirão eficácia contra todos, mas não terão efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Judiciário que manterão sua independência.
- c) A inconstitucionalidade por ação somente se configura quando há normas formadas por autoridades incompetentes ou em desacordo com formalidades ou procedimentos estabelecidos pela Constituição Federal.
- d) Estabelecido pelo artigo 97 da Constituição Federal que “*somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei*”, não poderá o juiz singular considerar lei inconstitucional em suas decisões.

8. Assinalar a alternativa correta.

- a) O Ministério Público não tem legitimidade para propor representação para fins de intervenção da União e dos Estados, salvo em casos de grave desordem que atinja o funcionamento livre do Poder Judiciário.
- b) Ao Ministério Público compete exercer o controle externo da atividade policial nas hipóteses de designação judicial específica e sem interferir em diligências investigatórias.
- c) O Ministério Público deve intervir em todos os atos do processo ajuizado por índios e suas comunidades em defesa de seus direitos e interesses.
- d) A admissão de membro do Ministério Público poderá dar-se, excepcionalmente, sem concurso, respeitados os requisitos, aplicáveis aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, de notório saber jurídico e ilibada reputação.

9. Assinalar a alternativa correta.

- a) As nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração independem de concurso público.
- b) É vedado ao servidor público civil o direito de greve, bem como o de associação sindical.
- c) A vedação de acumulação de cargos públicos não alcança empregos e funções exercidas em sociedades de economia mista controladas pelo Poder Público.
- d) Não há incompatibilidade para o exercício de cargo, emprego ou função pública pelo exercício de mandato eletivo.

10. Assinalar a alternativa correta.



- a) A decretação de estado de defesa implica restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio de associações, de sigilo de correspondência e de sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.
- b) Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares, mesmo que para proteção dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório, da legalidade e da necessidade de fundamentação.
- c) A polícia federal não tem competência para apurar infrações contra a ordem política.
- d) É livre o direito de sindicalização, inclusive para os militares.

11. Assinalar a alternativa correta.

- a) É vedada a cassação de direitos políticos, inexistindo hipótese que a autorize na democracia brasileira, desde a Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 07 de junho de 1994.
- b) A ação de impugnação de mandato deverá ser instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude e proposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da diplomação, segundo expressa disposição constitucional.
- c) As hipóteses de distinção entre brasileiros natos e naturalizados, definidas em lei complementar, são restritas aos casos de exercício de funções ou atividades ligadas à segurança nacional, conforme previsão constitucional, tendo, portanto, obrigatória interpretação restritiva.
- d) A carreira diplomática é exclusiva de brasileiros natos ou naturalizados, sendo, ainda acessível a cidadãos portugueses que tenham requerido equivalência de direitos com brasileiros na forma prevista na Constituição Federal.

12. Assinalar a alternativa correta.

- a) É plena a liberdade de associação, independentemente de autorização, não podendo as associações ser compulsoriamente dissolvidas.
- b) É garantido o direito de herança, vedada sua tributação.
- c) A defesa do consumidor, além de constituir princípio da ordem econômica, consagrado no art. 170 da Constituição Federal, configura direito fundamental.
- d) O sistema constitucional brasileiro consagra o direito à intimidade de forma absoluta, porque é repositório de segredos e particularidades de foro moral e íntimo do indivíduo.

13. Assinalar a alternativa correta.

- a) Empresas públicas atuantes em setores essenciais da economia poderão receber incentivos fiscais não extensivos a empresas de outra natureza.
- b) A Constituição Federal utiliza a expressão atividade econômica ora em sentido amplo, abrangendo a atuação do Estado, ora em sentido estrito, que exclui o



serviço público, variando o seu alcance conforme o momento histórico a que se refere.

- c) O regime das concessionárias e permissionárias de serviços públicos responde primariamente ao interesse público, podendo, portanto, os respectivos contratos ser extintos para melhor atendê-lo.
- d) As jazidas minerais pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra, enquanto ao proprietário do solo somente a justa e prévia indenização.

14. Assinalar a alternativa correta.

- a) A Constituição Federal deixa ampla liberdade no tocante à fixação dos salários, estabelecendo apenas a obrigatoriedade do mínimo fixado legalmente.
- b) Os direitos de participação nos lucros e de co-gestão da empresa são auto-aplicáveis e, como tal, independem de lei que lhes defina a forma de aplicação.
- c) A Constituição Federal vigente eliminou todos os entraves anteriores que restringiam a liberdade sindical, que, agora, é contemplada e assegurada amplamente em todos os seus aspectos.
- d) Cabe ao Ministério Público atuar supletivamente nos casos de ausência dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

DIREITO ADMINISTRATIVO

15. Assinalar a alternativa correta.

- a) A concessão termina, entre outras formas, pelo advento do termo, ocasião em que se dá a reversão, ou pela encampação, na vigência da concessão, independentemente de lei específica, por motivo de interesse público, com pagamento da indenização devida.
- b) A autorização, prevista na lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e que não exige licitação prévia, é realizada mediante contrato de adesão com prazo determinado pelo qual o poder concedente transfere ao particular a execução de serviço público.
- c) A Administração, pelo regime de concessão, após licitação, transfere, contratualmente, a execução de serviço público a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas que se comprometem a prestá-lo de modo adequado, em condições de modicidade tarifária.
- d) A transferência da concessão ou do controle societário da concessionária, sem prévia anuência do poder concedente, implicará a caducidade da concessão mediante decreto, precedido de processo administrativo.

16. Assinalar a alternativa correta.



Objetivando promover ação civil pública, o Ministério Público pode instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis. Qual o prazo para encerramento do inquérito civil público?

- a) Não há prazo fixado.
- b) 90 (noventa) dias.
- c) 120 (cento e vinte) dias.
- d) 60 (sessenta) dias.

17. Assinalar a alternativa correta.

- a) As empresas públicas e as sociedades de economia mista somente podem ser criadas por lei. São dotadas de patrimônio constituído a partir da transferência (por termo ou escritura pública) de bens móveis e imóveis do ente estatal a que se vinculam. O patrimônio é considerado público, sendo impenhorável e imprescritível, admitindo a tutela por atuação do Ministério Público, sendo seus atos sujeitos a exame pelo Tribunal de Contas.
- b) A Administração Indireta é integrada por pessoas jurídicas de direito público ou privado, criadas ou instituídas a partir de lei específica, quais sejam, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista bem como entidades paraestatais.
- c) Aplicam-se às fundações governamentais as características das autarquias. Assim, os mecanismos de controle (inclusive o realizado pelo Poder Legislativo, Tribunais de Contas, Ministério Público), as contratações de pessoal e o limite de gastos devem obediência às normas legais aplicáveis à Administração Direta, estando, no entanto, dispensadas da realização de licitações.
- d) As autarquias possuem natureza administrativa e personalidade jurídica de direito público, para elas convergindo a execução de atividades antes desenvolvidas pelo ente estatal que as criou. A investidura dos seus dirigentes é fixada na lei de criação e, na sua falta, na forma disposta por seu estatuto ou regulamento, mostrando-se ilegal qualquer condicionante externo de escolha.

18. Assinalar a alternativa correta.

- a) O companheiro da servidora falecida é beneficiário de pensão alimentícia, mas perderá essa qualidade, extinguindo-se o benefício, se vier a contrair núpcias.
- b) O servidor que contar tempo de serviço para aposentadoria com provento integral será aposentado com a remuneração do padrão da classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado.
- c) A servidora que adotar uma criança terá direito à licença remunerada, cuja duração 30 (trinta) ou 90 (noventa) dias variará conforme o adotado tenha mais ou menos de um ano de idade.



- d) A pensão por morte de servidor público federal deve ser requerida no prazo de 5 (cinco) anos contados do óbito, sob pena de prescrição do fundo de direito e das respectivas prestações.

19. Assinalar a alternativa correta.

- a) A responsabilidade civil do servidor decorrerá apenas de ato doloso, seja este comissivo ou omissivo.
- b) As sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas, a fim de se evitar múltipla punição.
- c) A condenação criminal do servidor por fato que causou prejuízo a terceiro afasta a responsabilidade civil da Administração.
- d) Caso o servidor público responsável pelo dever de indenizar prejuízo causado ao erário venha a falecer, a obrigação de reparar o dano poderá ser estendida aos sucessores.

20. Assinalar a alternativa correta.

- a) Quando demandado regressivamente, o agente público causador do prejuízo responderá de forma objetiva perante a Administração Pública.
- b) Em face de prejuízos causados a particulares, as empresas privadas prestadoras de serviços públicos submetem-se às mesmas regras de responsabilidade civil aplicáveis aos entes públicos.
- c) Vigora no Brasil, como regra, a teoria do risco integral da responsabilidade civil.
- d) Ainda que se comprove erro judiciário, o Estado não estará obrigado a indenizar o condenado, haja vista a sentença judicial não possuir natureza de ato administrativo.

21. Assinalar a alternativa correta.

- a) A motivação de um ato administrativo deve contemplar a exposição dos motivos de fato e de direito, ou seja, a regra de direito habilitante e os fatos em que o agente se estribou para decidir.
- b) Existem atos administrativos que são dotados de auto-executoriedade nas hipóteses previstas expressamente em lei, como também os casos de extrema urgência.
- c) Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância, decorrência que é da presunção de legalidade.
- d) Os atos administrativos são dotados de presunção de legitimidade e veracidade, o que significa que há presunção absoluta de que foram emitidos com observância da lei e de que os fatos alegados pela Administração são verdadeiros.



22. Assinalar a alternativa correta.

- a) A revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos deve se dar sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- b) Os servidores estáveis podem ser exonerados, sem direito à indenização, para fins de cumprimento dos limites de gasto com pessoal.
- c) A proibição de acumulação remunerada limita-se apenas aos cargos da Administração Direta.
- d) Os cargos em comissão somente podem ser preenchidos por servidores de cargo efetivo.

23. Assinalar a alternativa correta.

- a) O laudêmio ou foro é o cânon ou pensão paga pelo enfiteuta ao senhorio direto, pelo uso e fruição do respectivo domínio útil.
- b) Na licitação de menor preço, vence, em regra, a proposta que mais baixo orçar os serviços ou o fornecimento dos bens, mas a Administração Pública pode preferir a segunda melhor proposta, sempre que, nessa, for de melhor técnica a prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, tendo em vista a prevalência do interesse público.
- c) É admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.
- d) Os atributos do poder de polícia são a discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade, segundo doutrina majoritária.

DIREITO TRIBUTÁRIO

24. Assinalar a alternativa correta.

Art. 34, § 5º do ADCT – “*Vigente o novo sistema tributário nacional, fica assegurada a aplicação da legislação anterior, no que não seja incompatível com ele e com a legislação referida nos §§ 3º e 4º.*”

- I. A exigência de compatibilidade da legislação tributária anterior à Constituição Federal de 1988, nos termos do art. 34, § 5º do ADCT, para que continuasse vigente, é apenas a da compatibilidade material.
- II. A incompatibilidade formal, nos termos do art. 34, § 5º do ADCT, gerou o fenômeno da não recepção da legislação tributária anterior à Constituição Federal de 1988.
- III. A compatibilidade formal e material permitiu a recepção pela nova ordem constitucional da legislação anterior à Constituição Federal de 1988.
- IV. Por força do art. 34, § 5º do ADCT, a legislação infraconstitucional tributária, incompatível formalmente com a nova Carta, não foi recepcionada.



- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva II.
- c) Está correta apenas a assertiva IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

25. Assinalar a alternativa correta.

- I. Partindo da doutrina constitucional atual, como exemplos em Bonavides e Canotilho, bem como na doutrina constitucional-tributária de Roque Carrazza, entre outros, diz-se que os princípios são as linhas mestras do ordenamento jurídico, os vetores da interpretação de um texto legal.
 - II. Os princípios constitucionais gerais não têm carga normativa, conforme a doutrina contemporânea constitucional.
 - III. Os princípios constitucionais tributários são núcleos duros do direito e não podem ser derogados por legislação infraconstitucional.
 - IV. O princípio da proporcionalidade, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, tem servido para fundamentar a interpretação do texto constitucional.
- a) Está correta apenas a assertiva II.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.

26. Assinalar a alternativa correta.

- I. O princípio federativo é o fundamento da autonomia da repartição das competências tributárias.
 - II. A competência para tributar dos Estados está definida expressamente na Constituição Federal, inexistindo competência tributária residual dos Estados.
 - III. A União, mediante lei complementar, pode estipular a forma do exercício da competência tributária dos Estados, determinando sobre a criação dos tributos, de competência dos Estados.
 - IV. O princípio federativo permite que, em casos de urgência, a União crie imposto estadual.
- a) Está correta apenas a assertiva III.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
 - d) Todas as assertivas estão incorretas.

27. Assinalar a alternativa correta.



- I. A capacidade tributária ativa é delegável por lei, enquanto indelegável a competência tributária.
 - II. Na denominada “sujeição ativa auxiliar” desimporta para quem se dirija o produto da arrecadação.
 - III. O legislador federal, enquanto cria tributo, não pode fugir da matriz constitucional.
 - IV. A Constituição Federal, ao repartir as competências tributárias, delimitou em caráter privativo apenas o campo de competência da União Federal.
- a) Está correta apenas a assertiva II.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.

28. Assinalar a alternativa correta.

Art. 150 da Constituição Federal: *“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:*

VI – instituir impostos sobre:

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;”

- I. A imunidade recíproca do art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal decorre do princípio federativo e do princípio da isonomia das pessoas políticas.
 - II. A imunidade recíproca beneficia às pessoas políticas também quando exercem atividades econômicas remuneradas por tarifas.
 - III. Em razão da imunidade do art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal, os partidos políticos são imunes à taxa judiciária.
 - IV. As imunidades tributárias podem ser determinadas por lei complementar desde que obedecida a repartição da competência do ente tributante.
- a) Está correta apenas a assertiva I.
 - b) Está correta apenas a assertiva IV.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

29. Assinalar a alternativa correta.

- I. O desvio da destinação, no plano fático da arrecadação de uma contribuição social, não a invalida como tributo.
- II. A majoração de alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), criada por lei publicada em 31 de dezembro, permite sua cobrança no mês de janeiro seguinte.



- III. Ocorrido o fato gerador da obrigação tributária, a autoridade administrativa tem discricionariedade e faz um juízo de oportunidade e conveniência para constituir o crédito tributário.
- IV. Pelo princípio da indelegabilidade das competências tributárias, é irrelevante venha a receita de determinado tributo ser distribuída a outra pessoa de direito público.
 - a) Está correta apenas a assertiva II.
 - b) Está correta apenas a assertiva III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.

30. Assinalar a alternativa correta.

- I. Diz-se que a obrigação tributária é *ex lege*, porque vincula o sujeito passivo ao cumprimento da prestação correspondente ao seu objeto.
- II. As obrigações tributárias acessórias dependem da existência da obrigação tributária principal.
- III. A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), obrigação tributária e acessória, é fundamento para entender-se como tributo as contribuições sociais.
- IV. A obrigação tributária acessória extingue-se, sempre, com o adimplemento da obrigação tributária principal.
 - a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
 - d) Todas as assertivas estão incorretas.

31. Assinalar a alternativa correta.

- I. A doutrina brasileira e a jurisprudência nacional, em atenção ao direito positivo, apesar das acirradas críticas à expressão “fato gerador”, têm-na como expressão apropriada tanto para designar a descrição legal hipotética quanto o acontecimento concreto que lhe corresponda.
- II. O fator tempo é irrelevante para distinguir, em todas as situações oponíveis, a evasão fiscal da elisão fiscal.
- III. É impossível tributar o produto financeiro resultante de atividades criminosas.
- IV. As pessoas jurídicas de direito privado, desde que exerçam função pública e sem fins lucrativos, podem ser sujeitos ativos da relação tributária.
 - a) Está correta apenas a assertiva I.
 - b) Está correta apenas a assertiva III.



- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

32. Assinalar a alternativa correta.

- I. Para efeito de repetição do indébito é relevante a modalidade de pagamento do tributo.
 - II. A restituição do tributo pago indevidamente é cabível quando o contribuinte *de jure* não recuperou do contribuinte *de fato* o *quantum* respectivo.
 - III. A responsabilidade por infrações tributárias depende sempre da intenção do agente ou responsável.
 - IV. A confissão de dívida acompanhada de pedido de parcelamento dos débitos configura, para todos os efeitos, denúncia espontânea.
- a) Está correta apenas a assertiva I.
 - b) Está correta apenas a assertiva II.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

33. Assinalar a alternativa correta.

- I. O princípio da solidariedade é fundamento para a cobrança de todas as contribuições, inclusive aquelas do art. 149 da Constituição Federal (contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas).
 - II. É inexigível lei complementar para a instituição das contribuições sociais do art. 195 da Constituição Federal (do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada, do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, sobre receita de concursos de prognósticos, do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar).
 - III. As entidades fechadas de previdência social são atingidas pela imunidade conferida às instituições de assistência social sem fins lucrativos (art. 150, VI, "c", da Constituição Federal), quando não há contribuição dos beneficiários.
 - IV. É inconstitucional a cobrança do salário-educação no regime da Lei nº 9.424/96.
- a) Está correta apenas a assertiva II.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

34. Assinalar a alternativa correta.



- I. Os papéis fotográficos e filmes necessários à publicação de jornais e periódicos enquadram-se na imunidade do art. 150, VI, “d”, da Constituição Federal.
- II. Somente os partidos políticos, regularmente constituídos, têm direito à imunidade do art. 150, VI, “c”, da Constituição Federal.
- III. A União, ao conceder isenção, não pode privilegiar uma região do País sem causa jurídica, em atenção ao princípio da uniformidade geográfica da tributação.
- IV. As isenções tributárias são sempre incondicionais e com prazo determinado.
 - a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.

35. Assinalar a alternativa correta.

- I. Os Conselhos de Fiscalização Profissional exercem atividade típica de Estado e as contribuições que lhes são afetas são espécie de contribuição de interesse de categorias profissionais, cobradas mediante o rito da Lei nº 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais).
- II. É desnecessário lei para instituição ou majoração das anuidades dos Conselhos de Fiscalização Profissional.
- III. O redirecionamento da execução fiscal aos sócios da devedora é possível após a comprovação da inexistência de bens da empresa.
- IV. A Certidão de Dívida Ativa (CDA) deve refletir o *quantum* apurado como dívida em procedimento administrativo.
 - a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.

36. Assinalar a alternativa correta.

- I. No caso de empresa concordatária, a multa punitiva do art. 161, *caput*, do Código Tributário Nacional não pode ser aplicada.
- II. A notificação de lançamento de débito sem assinatura do servidor e indicação de seu cargo ou função é nula, mesmo que o contribuinte tenha exercido ampla defesa.
- III. A competência para processar a execução fiscal é a da sede da empresa executada, desimportando a sua mudança de sede posterior à penhora.
- IV. As multas aplicadas por infrações administrativas tributárias seguem o princípio da retroatividade da legislação mais benéfica vigente no momento da execução.



- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

37. Assinalar a alternativa correta.

- I. A cobrança em separado de contribuição social incidente sobre o 13º salário é perfeitamente legal.
 - II. A gratificação de exercício de função comissionada não mais se incorpora aos proventos recebidos pelo servidor na inatividade, não integrando, pois, a base de cálculo da contribuição previdenciária.
 - III. O abono-assiduidade não gozado e convertido em pecúnia tem natureza indenizatória e sobre ele incide o imposto de renda.
 - IV. Não pode o Poder Judiciário determinar a correção monetária da tabela de imposto de renda na fonte em razão do princípio da legalidade estrita.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - d) Todas assertivas estão corretas.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

38. Assinalar a alternativa correta.

Os sócios gerentes de empresa administradora de consórcios, não registrada no Banco Central, efetuaram empréstimos de dinheiro desta a uma outra sociedade controlada pelos ascendentes deles, o que é vedado pelo art. 17 da Lei nº 7.492/86 que incrimina tal conduta.

- a) A competência para a ação penal é estadual, porque a realização do empréstimo em tela tem projeção apenas no âmbito dos particulares.
- b) A competência para a ação penal é estadual, porque não basta que o crime esteja previsto naquela Lei, devendo haver lesão ao sistema financeiro nacional, conforme previsto no art. 26 da referida Lei.
- c) A competência para a ação penal é federal, porque em todos os crimes previstos naquela Lei há presumidamente prejuízo a bens, interesses ou serviços da União, bem como envolvem fatos sujeitos à fiscalização federal.
- d) A competência para a ação penal é federal, porque a referida Lei assim determina, em se tratando de crime contra o sistema financeiro nacional, sendo irrelevante que não tenha havido, concretamente, prejuízo a bens, interesses ou serviços da União.



39. Assinalar a alternativa correta.

Um segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), assistido por contador inescrupuloso, obtém fraudulentamente, mediante falsificação de sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, aposentadoria voluntária, recebida mensalmente, durante 5 (cinco) anos, até que descoberto o crime.

- a) O delito é exaurido e polivalente.
- b) O delito continuado é circunstancialmente permanente.
- c) O delito continuado é permanente com exaurimento instantâneo plúrimo.
- d) O delito é eventualmente permanente.

40. Assinalar a alternativa correta.

Caio é condenado pelo crime de caça profissional de espécies da fauna silvestre, sob a égide do Código de Caça (Lei nº 5.197/67, com a redação da Lei nº 7.679/88), a uma pena de 3 (três) anos de reclusão. Posteriormente, advém a Lei nº 9.605/98 que diminui a pena aplicável à mesma conduta para 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção. A sentença condenatória já transitou em julgado.

- a) Compete ao juízo de execuções a aplicação da lei mais benigna.
- b) Compete ao Tribunal de Apelação rever a sentença, em ação revisional, e aplicar a lei mais benigna.
- c) Compete ao Supremo Tribunal Federal, em *habeas corpus*, a aplicação da lei mais benigna.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, em *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, em caso de ter havido apelação julgada pelo Tribunal de Apelação, a aplicação da lei mais benigna.

41. Assinalar a alternativa correta.

Mévio é condenado em primeiro grau a 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão e multa pelo crime do art. 168-A do Código Penal e a sentença dispõe que a execução será iniciada após o seu trânsito em julgado. Mévio apela e a sentença é confirmada pelo Tribunal Regional Federal que determina a sua execução. A pena privativa de liberdade é substituída por duas penas restritivas de direito. A defesa interpõe recursos especial e extraordinário que são admitidos. O Ministério Público Federal não recorreu da sentença.

- a) O juiz das execuções pode iniciar a execução das penas restritivas de direito, porque os recursos especial e extraordinário não têm efeito suspensivo e o Tribunal Regional Federal não está hierarquicamente submetido à determinação da sentença no sentido de que a execução só se faça com trânsito em julgado, mesmo que não tenha havido apelo ministerial.
- b) O juiz das execuções pode iniciar a execução das penas restritivas de direito e da pena de multa, porque os recursos especial e extraordinário não têm efeito suspensivo e o Tribunal Regional Federal não está hierarquicamente submetido à



determinação da sentença no sentido de que a execução só se faça com trânsito em julgado, mesmo que não tenha havido apelo ministerial.

- c) O juiz das execuções não pode iniciar a execução das penas antes do trânsito em julgado da sentença, em face ao princípio constitucional da inocência.
- d) O juiz das execuções pode iniciar apenas a execução da pena de multa, porque, não envolvendo a liberdade de locomoção do condenado, não ofende ao princípio constitucional da não culpabilidade.

42. Assinalar a alternativa correta.

Caio é condenado por um Juizado Especial Criminal à pena privativa de liberdade. O processo é nulo, mas a sentença é confirmada pela Turma Recursal do Juizado Especial. Esta decisão transita em julgado e inicia-se a execução da pena.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento do *habeas corpus* contra a decisão da Turma Recursal.
- b) Compete ao Tribunal de Apelação ao qual está vinculado o Juizado Especial o julgamento do *habeas corpus* contra a decisão da Turma Recursal.
- c) Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal o julgamento do *habeas corpus* contra a decisão da Turma Recursal.
- d) Compete à Turma Recursal julgar a ação revisional que deve anteceder obrigatoriamente à impetração do *habeas corpus*.

43. Assinalar a alternativa correta.

- a) O prazo para oferecer defesa preliminar, antecedente ao recebimento da denúncia, é de 3 (três) dias, para o agente acusado de prática de crime de responsabilidade funcional afiançável, e de 5 (cinco) dias para agentes detentores de prerrogativa de função submetidos a processo perante tribunal de segundo grau.
- b) O prazo para interposição de agravo de despacho denegatório de seguimento de recurso especial ou recurso extraordinário é de 10 (dez) dias.
- c) O prazo para pedir diligências, em processo de competência de tribunais, para processar agentes públicos com prerrogativa de função, é de 3 (três) dias.
- d) O prazo para a interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal é de 5 (cinco) dias.

44. Assinalar a alternativa correta.

Mévio é denunciado por crime de descaminho e o juiz de primeiro grau rejeita a denúncia pelo acolhimento do princípio da insignificância, em face do valor dos tributos iludidos pelo denunciado. Mévio sequer havia sido citado e, por isto, não foi intimado para contra-arrazoar o recurso do Ministério Público Federal. No Tribunal Regional Federal, o relator, por cautela, nomeia defensor dativo para Mévio e a Turma provê o apelo e recebe a denúncia.



- a) Não é nulo o processo, porque a presença do defensor dativo nomeado pelo Tribunal Regional Federal supriu a falta de intimação.
- b) É nulo o processo pela falta de intimação do denunciado.
- c) Não é nulo o processo, porque não houve prejuízo para Mévio, na medida em que o recebimento da denúncia é apenas o início da ação penal onde lhe deve ser assegurada a ampla defesa.
- d) É válido o processo, porque ainda não se constituíra a ação penal antes do recebimento da denúncia o que só ocorreu no Tribunal Regional Federal.

45. Assinalar a alternativa correta.

A Lei nº 10.826/03 (que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências) prevê o aumento de metade da pena dos crimes de comércio ilegal e tráfico internacional de armas de fogo.

- a) Este aumento constitui-se em causa especial de aumento da pena e incide se a arma de fogo for de uso proibido ou restrito.
- b) Este aumento constitui-se em majorante e incide nos casos em que o autor do crime é integrante das forças armadas.
- c) Este aumento constitui-se em causa especial de aumento de pena e incide quando o autor do crime é empregado de empresa de segurança privada e de transporte de valores.
- d) Este aumento constitui-se em majorante e incide quando o autor do crime é membro de entidade desportiva.

46. Assinalar a alternativa correta.

A Lei nº 9.613/98 incrimina a conduta de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, estabelecendo a pena de reclusão de 3 (três) a 10 (dez) anos e multa para tal infração penal.

- a) A Lei apontada estabelece que apenas os crimes de tráfico de drogas e de armas, de extorsão mediante seqüestro, crimes contra a Administração Pública e o sistema financeiro nacional, contra a ordem tributária e contra a administração pública estrangeira é que podem ser considerados “antecedentes”.
- b) A Lei apontada estabelece que apenas os crimes de tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, extorsão mediante seqüestro, contrabando, crimes contra o sistema financeiro nacional, crimes contra a ordem tributária e praticados por organização criminosa é que podem ser considerados “antecedentes”.
- c) A Lei apontada estabelece que apenas determinados crimes, nela especificados, é que podem ser considerados “antecedentes” para tipificação do delito em questão.
- d) A Lei apontada estabelece que qualquer crime grave pode ser considerado “antecedente”.



47. Assinalar a alternativa correta.

O art. 13 do Código Penal adotou, relativamente ao nexos causal, a doutrina da *conditio sine qua non* ou teoria da equivalência dos antecedentes causais.

- a) Segundo tal doutrina ou teoria, considera-se causa toda a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido da forma como ocorreu.
- b) É, em razão de tal doutrina, que o fabricante da arma de fogo causadora da morte, apesar de se encontrar na cadeia causal do homicídio com ela consumado, não responde por este delito.
- c) É, em razão de tal teoria, que a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação, quando, por si só, produziu o resultado.
- d) Segundo tal teoria ou doutrina, todos os co-autores ou partícipes de um delito devem sofrer as penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

48. Assinalar a alternativa correta.

Caio ministra dose letal de veneno a Mévio, pretendendo matá-lo. Posteriormente, arrependido, procura Mévio para avisá-lo e entregar-lhe o antídoto. Mas o destino e um acidente de carro no caminho da casa de Mévio impedem-no de evitar a morte da vítima.

- a) É caso de arrependimento posterior em que a pena será reduzida de um a dois terços.
- b) Caio não responde por homicídio, porque o seu arrependimento só não foi eficaz, em virtude de motivos alheios a sua vontade.
- c) Caio só responde por tentativa de homicídio e pelas lesões que tenha causado em Mévio.
- d) Caio responde por homicídio.

49. Assinalar a alternativa correta.

Dispõe o art. 132 do Código Penal: “*expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente: Pena – detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, se o fato não constitui crime mais grave*”.

- a) O homicida não responde pelo crime de perigo para a vida ou saúde de outrem, porque se trata de concurso aparente de normas que se resolve pela aplicação do princípio da especialidade.
- b) O homicida não responde pelo crime de perigo para a vida ou saúde de outrem, porque se trata de concurso aparente de normas que se resolve pela aplicação do princípio da subsidiariedade tácita.
- c) O homicida não responde pelo crime de perigo para a vida ou saúde de outrem, porque se trata de concurso aparente de normas que se resolve pela aplicação do princípio da consunção.
- d) O homicida não responde pelo crime de perigo para a vida ou saúde de outrem, porque se trata de concurso aparente de normas que se resolve pela aplicação do princípio da subsidiariedade expressa.



50. Assinalar a alternativa correta.

Conhecido empresário nacional vinha lesando a ordem tributária estadual e federal desde o início da década de 1960, quando vigorava a Lei nº 4.729/65, e continuou a sua prática criminosa, perpetrada mensalmente, após o advento da Lei nº 8.137/90 (lei penal mais grave), tendo sido descoberto em maio de 1992.

- a) Aplica-se a lei penal posterior, porque o crime continuado é crime único apenas para fins de aplicação da pena, constituindo-se em um concurso material privilegiado por razões de política criminal.
- b) Não se aplica a lei penal mais grave, porque o crime continuado é crime único, aplicando-se o princípio da ultra-atividade da lei penal mais benigna.
- c) Aplicam-se cumulativamente a lei penal mais grave para os crimes consumados após a sua vigência e a lei penal anterior para os que se consumaram durante a vigência desta.
- d) Aplica-se a lei penal apenas do crime mais grave, porque se trata de crime único, permanente, pela aplicação do princípio da legalidade, solucionando-se o concurso aparente de normas pela aplicação do princípio da consunção.

51. Assinalar a alternativa correta.

Alberto, cidadão estrangeiro, remete do exterior um artefato explosivo potente para o Brasil, com a intenção de destruir patrimônio de sociedade de economia mista. O explosivo é neutralizado já em território brasileiro.

- a) O crime (tentativa) foi praticado no exterior, mas se aplica a lei brasileira em razão do princípio da nacionalidade ou personalidade passiva.
- b) O crime (tentativa) foi praticado no exterior, mas se aplica a lei brasileira em razão do princípio da extraterritorialidade.
- c) O crime (tentativa) foi praticado tanto no exterior quanto no Brasil, porque o Código Penal Brasileiro adotou a teoria mista ou da unidade ou da ubiqüidade, aplicando-se o princípio da territorialidade.
- d) O crime (tentativa) foi praticado no exterior, mas se aplica o princípio da Justiça Penal Universal, sendo que Alberto responderá à ação penal tanto em seu país de origem quanto no Brasil, levando-se em conta a pena de uma ação penal na outra ação penal para evitar o *bis in idem*.

52. Assinalar a alternativa correta.

Alfredo, cidadão brasileiro, residente em São Paulo, após adquirir cem mil dólares norte-americanos em Curitiba-PR no “câmbio paralelo”, viaja para o Paraguai, via Foz do Iguaçu, para depositar o dinheiro em um banco sediado em um “paraíso fiscal”, mas com agência naquele país vizinho, integrante do Mercosul. Alfredo é preso na Ponte da Amizade, quando tentava cruzar a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, sem, no entanto, declarar às autoridades a existência do dinheiro que portava.



- a) Alfredo cometeu apenas o crime de manter depósitos não declarados à repartição federal competente, na forma tentada.
- b) Alfredo cometeu o crime de evasão de divisas na forma tentada, porque a moeda não chegou a sair do Brasil.
- c) Alfredo não cometeu o crime de evasão de divisas, porque a moeda não saiu do País.
- d) Alfredo consumou o crime de evasão de divisas, mesmo que a moeda não tenha saído do Brasil.

DIREITO CIVIL

53. Assinalar a alternativa correta.

- a) A norma jurídica tem necessariamente estrutura hipotética, com previsão de um suporte fático e uma sanção correspondente.
- b) A irretroatividade da lei constitui garantia contra o Estado e não a seu favor, por isso que não pode ser alegada pelo ente estatal que editou o ato legislativo.
- c) A lei, desde que de ordem pública, pode retroagir para atingir contratos anteriores à sua vigência.
- d) A derrogação da lei, assim como a declaração de sua inconstitucionalidade em controle concentrado, importam sempre em repristinação da lei anterior.

54. Assinalar a alternativa correta.

- a) A confusão patrimonial autorizará a dissolução judicial da pessoa jurídica se houver, através dela, abuso da personalidade jurídica pelo desvio de finalidade.
- b) Os direitos de personalidade, por sua própria natureza, têm por titulares apenas pessoas naturais.
- c) A emancipação pode ser livremente concedida por qualquer dos pais a menores que já tenham completado 16 (dezesesseis) anos ou a maiores relativamente incapazes, caso em que dependerá de homologação judicial.
- d) As organizações religiosas compõem, ao lado das associações, fundações, sociedades e partidos políticos, as pessoas jurídicas de direito privado.

55. Assinalar a alternativa correta.

- a) Para o Código Civil deve-se atender, no negócio jurídico, à vontade real dos celebrantes pelo que, em caso de reserva mental desconhecida da contraparte, é irrelevante como a vontade foi manifestada.
- b) A simulação importa em defeito do negócio jurídico que autoriza sua anulação, salvo se se tratar de simulação obstativa.



- c) O direito sujeito à condição suspensiva não é direito adquirido, mas direito eventual que pode, apesar disso, ser conservado por meio de medidas cautelares.
- d) Ocorre lesão quando sobrevém a um negócio jurídico fato que torna desproporcionais as prestações contrapostas.

56. Assinalar a alternativa correta.

- a) A prescrição da exceção se dá no mesmo prazo que a do direito material, salvo se as partes convencionarem diferentemente.
- b) Os atos ilícitos não são atos jurídicos, porque não produzem efeitos jurídicos.
- c) Um dos elementos essenciais do negócio jurídico é a capacidade do agente, o que torna absolutamente irrelevante a vontade do incapaz no negócio jurídico, que é substituída pela de seu representante ou assistente, conforme o caso.
- d) A decadência, desde que convencional, não pode ser conhecida de ofício pelo juiz.

57. Assinalar a alternativa correta.

- a) Em caso de urgência e de recusa ou mora do devedor, o credor pode, independentemente de autorização judicial, mandar executar o fato que constitui o objeto da prestação de obrigação de fazer, transformando-a em obrigação pecuniária.
- b) O contrato preliminar deve observar a mesma forma do contrato principal, o que não se estende aos demais requisitos.
- c) O pagamento, ainda que reiteradamente feito em local distinto do avençado, não importa em alteração do contratado.
- d) A assunção de débito, ao contrário da cessão de crédito, exige anuência do terceiro, não partícipe do ato de transmissão (credor), presumindo-se sua concordância se, notificado, a ela não se opuser no prazo de 30 (trinta) dias.

58. Assinalar a alternativa correta.

- a) O benefício de ordem, concedido ao fiador, pode ser exercido a qualquer tempo, desde que antes da sentença, no processo de conhecimento, ou da penhora, no de execução.
- b) A venda com reserva de domínio se aplica a bens móveis e imóveis que estejam matriculados no ofício de registro de imóveis.
- c) No silêncio do contrato presume-se que a empreitada seja global, incluído o fornecimento de materiais.
- d) A rescisão unilateral é possível quando a lei ou o contrato a autorizarem, e constitui direito potestativo exercido mediante declaração receptícia.

59. Assinalar a alternativa correta.



- a) É possível ao juiz limitar o valor da indenização, eqüitativamente, se houver excessivo desequilíbrio entre o dano e a culpa.
- b) O Código Civil adotou a teoria da responsabilidade objetiva no que diz com os danos sofridos por menores absolutamente incapazes.
- c) A propriedade fiduciária pode estabelecer-se em relação a bens fungíveis e a bens móveis e independerá de registro do respectivo contrato em órgão administrativo ou extrajudicial.
- d) O enriquecimento sem causa ocorre quando, agindo com violação à lei, alguém obtém parcela do patrimônio alheio.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

60. Assinalar a alternativa correta.

- a) A substituição processual e também a substituição de parte só são admitidas se forem expressamente previstas na lei ou no contrato.
- b) A capacidade para o processo (*ad processum*) é uma condição da ação que se vincula à pertinência subjetiva da demanda.
- c) Só as pessoas físicas e jurídicas têm capacidade de ser parte.
- d) Para causas que versem sobre direitos reais imobiliários, os cônjuges são litisconsortes necessários se réus, mas não o serão se autores.

61. Assinalar a alternativa correta.

- a) Apresentada a nomeação à autoria pelo réu, o juiz suspenderá o processo e mandará citar o nomeado para integrar o feito, como autor.
- b) No litisconsórcio necessário o juiz determinará de ofício a citação de todos aqueles litisconsortes faltantes.
- c) O litisconsórcio multitudinário pode ser limitado pelo juiz.
- d) A denunciação da lide, que pode ser feita pelo autor ou pelo réu, é obrigatória, sob pena de perda do direito de regresso.

62. Assinalar a alternativa correta.

- a) A competência do foro da situação da coisa para as ações fundadas em direito de propriedade imobiliária é absoluta.
- b) Desloca-se para a Justiça Federal o processo de execução em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) protestar pela preferência do crédito.
- c) Prevento, na hipótese de causas que corram em separado perante juízes que não tenham a mesma competência territorial, será o que despachou em primeiro lugar.



d) Remetida a causa pelo juiz estadual ao juiz federal, se este excluir o ente federal do processo, deverá suscitar conflito negativo de competência perante o Superior Tribunal de Justiça.

63. Assinalar a alternativa correta.

- a) O juiz não pronunciará a nulidade quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a sua declaração.
- b) Havendo transação entre as partes, documentada nos autos por petição, qualquer delas pode desistir do acordo até sua homologação pelo juiz.
- c) Durante os feriados e o recesso não se praticarão atos processuais, ficando os prazos suspensos e não interrompidos.
- d) Além da preclusão consumativa, que se dá pela consumação do prazo, ainda existem a preclusão lógica e a temporária.

64. Assinalar a alternativa correta.

- a) O procedimento sumário, no âmbito da Justiça Federal, é atualmente inaplicável em razão da criação dos juzizados especiais federais.
- b) A emenda da petição inicial não pode ser feita após o despacho do juiz.
- c) Em caso de falecimento da parte, comunicado na audiência, o juiz deve suspendê-la, designando nova data na mesma oportunidade.
- d) Há distribuição por dependência em relação à causa extinta quando a mesma o foi por desistência.

65. Assinalar a alternativa correta.

- a) A execução da antecipação de tutela em processo que vise à entrega de coisa certa será executada através de mandado de imissão de posse ou de busca e apreensão.
- b) A antecipação de tutela, espécie do gênero tutela cautelar, visa à assecuração do bem da vida pretendido pelo autor.
- c) A vedação legal à concessão de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública é absoluta.
- d) Havendo parcela incontroversa do pedido, poderá o juiz concedê-la em antecipação de tutela desde que haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, além da prova da verossimilhança.

66. Assinalar a alternativa correta.

- a) A manifesta ilegitimidade de parte importa em inépcia da petição inicial.
- b) Os pedidos formulados em cumulação eventual não podem ser incompatíveis entre si, sob pena de inépcia da inicial.



- c) A teoria utilizada em relação à petição inicial pela lei brasileira é a da substanciação.
- d) A petição inicial e a contestação devem ter, respectivamente, coerência interna, não podendo sustentar teses contraditórias sob pena de, no caso da inicial, inépcia, e, no caso da contestação, confissão ficta.

67. Assinalar a alternativa correta.

- a) Se o autor desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para a resposta não correrá antes da intimação do despacho que deferir a desistência.
- b) O ato que indefere a petição de reconvenção é sentença e desafia apelação.
- c) Reconhecida a incompetência, suspeição ou impedimento, os autos serão remetidos para o juízo competente, para que lá o feito prossiga e seja julgado.
- d) A exceção e a reconvenção importam na suspensão do processo principal até que se decidam os incidentes.

68. Assinalar a alternativa correta.

- a) Se o réu for revel, o autor estará dispensado de provar suas alegações.
- b) Pode haver confissão ficta mesmo que não ocorra revelia.
- c) A ação declaratória incidental deve ser proposta pelo autor, na inicial, e pelo réu, na contestação, sob pena de preclusão.
- d) O saneamento do processo ocorre, no sistema do Código de Processo Civil, sempre na audiência preliminar.

69. Assinalar a alternativa correta.

- a) A confissão é revogável por ação rescisória quando for o único fundamento de sentença transitada em julgado.
- b) O objeto da prova são apenas os fatos, pois o direito deve ser conhecido pelo juiz em razão do princípio *jura novit curia*.
- c) O prazo de oferta de rol de testemunhas, no procedimento ordinário, é legal de 5 (cinco) dias.
- d) Determinada a realização de exame pericial em incidente de falsidade documental, não pode a parte que produziu a prova retirá-la dos autos.

70. Assinalar a alternativa correta.

- a) A sentença *ultra petita* é nula, devendo ser cassada se interposto o recurso próprio, para que outra seja proferida pelo juízo de primeiro grau.
- b) A sentença *citra petita* é a que concede à parte menos do que foi pedido.



- c) O princípio da congruência exige que tenha havido pedido para o juiz conceder a hipoteca judiciária.
- d) O fato superveniente deve ser considerado pelo órgão julgador na sentença ou no acórdão e em qualquer grau de jurisdição.

71. Assinalar a alternativa correta.

- a) Os efeitos diretos ou naturais da coisa julgada sujeitam à sentença quem não foi parte no processo.
- b) Os fatos declarados na sentença que passar em julgado serão considerados fictamente como ocorridos, em função da autoridade da coisa julgada.
- c) A apreciação de questão prejudicial interna sempre faz coisa julgada.
- d) A apreciação de questão prejudicial interna nunca faz coisa julgada.

72. Assinalar a alternativa correta.

- a) O preparo deve ser feito em valor completo sob pena de deserção, sendo vedada a sua complementação.
- b) As sentenças que homologam a divisão e as que confirmam a antecipação de tutela ficam sujeitas à apelação com duplo efeito.
- c) Os embargos declaratórios não interromperão o prazo para outros recursos se não houver, na decisão embargada, omissão, contradição ou obscuridade, ou ainda se forem eles manifestamente protelatórios.
- d) Não há reexame necessário da sentença, fundada em jurisprudência não sumulada do plenário do Supremo Tribunal Federal, contra autarquia federal.

73. Assinalar a alternativa correta.

- a) A fraude de execução só se configura se a alienação ocorrer após a citação para o processo de execução, sendo lícita tal alienação durante o processo de conhecimento.
- b) Para propor a execução provisória, o credor deve oferecer caução suficiente a fim de evitar risco de dano e prejuízos ao devedor, na hipótese de a sentença objeto da execução ser modificada.
- c) O devedor será citado para pagar o valor da inicial, mas a penhora terá por base o valor encontrado pelo contador, na hipótese de aparente excesso da memória ofertada pelo credor e discordância deste com o demonstrativo do contador.
- d) Se novo devedor assumiu a obrigação resultante do título executivo, passa a ser o legitimado passivo para o processo de execução, independentemente de anuência do devedor originário ou do credor.



74. Assinalar a alternativa correta.

A sucursal de empresa instituída em lugar sujeito à jurisdição de Registro Público de Empresas Mercantis (RPEM) diverso daquele em que está inscrita a matriz:

- a) não necessita ter a sua constituição averbada no RPEM em que inscrito o estabelecimento principal, sendo bastante a sua inscrição no RPEM a que esteja jurisdicionada.
- b) deverá ter a sua constituição inscrita apenas no RPEM que jurisdiciona o local em que estabelecida, em livro próprio destinado à inscrição de estabelecimentos secundários, nele averbada a existência da matriz.
- c) deverá ter a sua constituição inscrita no RPEM que jurisdiciona o estabelecimento matriz, com averbação no RPEM a cuja jurisdição é submetido o seu próprio estabelecimento.
- d) terá a sua constituição inscrita no RPEM a cuja jurisdição é submetido o seu próprio estabelecimento, com a prova da inscrição originária, e averbação no RPEM em que inscrito o estabelecimento principal.

75. Assinalar a alternativa correta.

São requisitos preliminares para a constituição de uma sociedade anônima: a subscrição de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto; a realização do preço das ações subscritas; o depósito no Banco do Brasil S/A, ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários, da parte do capital realizado em dinheiro. Não sendo completas as indicações feitas, como de fato não o são, é correto afirmar:

- a) o direito brasileiro admite a constituição de sociedade anônima unipessoal, desde que o seu fundador subscreva a totalidade das ações em que se divide o capital fixado no estatuto, e da subscrição realize a entrada correspondente a 10%, fazendo-o em dinheiro e à vista.
- b) é necessária a reunião de pelo menos duas pessoas para a constituição de uma sociedade anônima, podendo a subscrição de ações por quaisquer delas ser inferior a 10% do total do capital fixado no estatuto, com a realização da entrada, no mínimo, correspondente a 10% das ações que respectivamente subscreverem, salvo às companhias para as quais a lei exigir realização de parte maior.
- c) quando um dos fundadores da sociedade anônima, subscritor de 80% das ações em que se divide o capital fixado no estatuto, realiza a entrada, em dinheiro, correspondente a 10% do total do capital da companhia, os outros dois fundadores, subscritores das demais ações, ficam dispensados de realizar entrada de suas respectivas subscrições.
- d) à sociedade anônima, durante a sua constituição e estritamente aos seus negócios operacionais, é autorizado empregar 10% das entradas realizadas em dinheiro pelo conjunto dos subscritores das ações de seu capital, movimentando a conta bancária de depósito, desde que as referidas entradas correspondam, pelo menos, a 10% do capital fixado pelo estatuto.



76. Assinalar a alternativa correta.

A Lei das Sociedades Anônimas autoriza a reunião de companhias assim como o seu fracionamento. A tanto, atribui nomenclaturas jurídicas e conseqüências próprias, conforme cada espécie de operação, do que se faz certo dizer:

- a) ocorrendo a falência da sociedade incorporadora ou da sociedade nova dentro de prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação dos atos relativos à incorporação ou à fusão, o credor anterior terá direito de pedir a separação dos patrimônios, para o fim de serem os créditos pagos pelos bens das respectivas massas.
- b) a incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas somente entre sociedades de tipos iguais, de modo a se estabelecer forma única de deliberação prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos, conforme seja o caso.
- c) na cisão, a exemplo do que ocorre na fusão, forçosamente resulta extinta a sociedade anterior, eis que as sociedades que advêm da separação, constituídas para esse fim, deverão suceder àquela em todos os direitos e obrigações, na proporção do que a cada uma couber.
- d) verificando-se a falência da sociedade incorporadora dentro de 60 (sessenta) dias contados do arquivamento e publicação dos respectivos atos, os sócios que eram da sociedade incorporadora, dissidentes da operação, poderão pedir a separação dos patrimônios para exercer o seu direito de retirada aferido em função do patrimônio líquido da sociedade extinta.

77. Assinalar a alternativa correta.

Com referência ao cheque, presentes as disposições da Lei nº 7.357/85, é válido asseverar que seu portador:

- a) não pode apresentar o cheque pós-datado ao sacado antes da data assinalada como a de emissão, certo que esse poderá recusar o resgate conquanto existentes fundos disponíveis na conta do emitente.
- b) deve apresentar o cheque para pagamento, a contar da emissão, no prazo de 30 (trinta) dias, independentemente do lugar em que emitido, restando-lhe contra o emitente, se não o fizer e se o cheque não vir a ser pago, apenas a ação de enriquecimento, que prescreve em 2 (dois) anos.
- c) terá prescrito o seu direito de promover a execução do título extrajudicial contra o emitente, consubstanciado no cheque que não houver sido pago, no prazo de 6 (seis) meses contados da expiração do prazo de apresentação.
- d) terá prescrito o seu direito de promover a execução do título extrajudicial contra o emitente, consubstanciado no cheque que não houver sido pago, no prazo de 6 (seis) meses contados da data atribuída como a de emissão do cheque pós-datado.

78. Assinalar a alternativa correta.



No trato do Direito de Empresa pelo Código Civil (Lei nº 10.406/02) é certo dizer:

- a) o empresário casado pode, só mediante outorga conjugal, dependendo do regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- b) a pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas, sujeitando-se, inclusive, à falência.
- c) é defeso aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, quando casados no regime da comunhão universal de bens, podendo fazê-lo, porém, quando o regime for o de separação obrigatória.
- d) a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede deve ser feita dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados do início das respectivas atividades.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

79. Assinalar a alternativa correta.

José propõe ação contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), postulando a concessão de auxílio-doença, alegando ter sido acometido, há cerca de um mês, de doença que o incapacita temporariamente para exercer suas atividades habituais. Comprova que exerceu atividade abrangida pela Previdência Social como empregado em empresa de mudanças pelo período de 6 (seis) anos. Contudo, não exerce atividades laborais nem recolhe contribuições para a Previdência Social há 19 (dezenove) meses.

Nessa perspectiva, pelos termos da Lei nº 8.213/91 (Lei Geral de Planos de Benefícios de Previdência Social), se ficar comprovada a incapacidade temporária para suas atividades habituais, José:

- a) fará jus ao benefício de auxílio-doença se comprovar que as suas contribuições previdenciárias foram efetivamente recolhidas pelos empregadores nos 6 (seis) anos em que esteve empregado.
- b) fará jus ao benefício de auxílio-doença se comprovar que esteve desempregado nos últimos 6 (seis) meses pelo registro no órgão competente.
- c) não fará jus ao benefício de auxílio-doença se estiver capacitado para o exercício de atividades mais leves do que a atividade habitual.
- d) não fará jus ao benefício de auxílio-doença em nenhuma hipótese, pois perdeu a qualidade de segurado da Previdência Social.

80. Assinalar a alternativa correta.

Em relação à carência para a concessão de benefícios da Previdência Social, pode-se afirmar que:

- I. numa ação em que seja postulada a concessão de aposentadoria por invalidez, se o autor, empregado na construção civil, alegar incapacidade para o trabalho,



- mas não contar ainda com 12 (doze) contribuições mensais para a Previdência Social, a realização de perícia médica judicial será desnecessária, pois ele não fará jus a benefício por incapacidade em nenhuma hipótese, por falta de carência.
- II. a trabalhadora, grávida de 5 (cinco) meses, que obtém o seu primeiro emprego e com isso ingressa na Previdência Social, faz jus ao respectivo salário-maternidade, independentemente de carência.
 - III. as contribuições pagas retroativamente pelo segurado contribuinte individual no momento de sua inscrição na Previdência Social, desde que acrescidas de juros de mora e multa devidos e que seja comprovado o efetivo exercício da atividade laboral que implique filiação obrigatória à Previdência Social, são consideradas para fins de carência.
- a) Está correta apenas a assertiva II.
 - b) Está correta apenas a assertiva III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

81. Assinalar a alternativa correta.

Pedro, segurado da Previdência Social, faleceu. Tinha dois filhos menores com sua companheira, Maria. A mãe de Pedro, Dona Lorena, idosa e inválida, morava com o casal e os filhos.

Em relação à pensão por morte de Pedro, pode-se afirmar que:

- a) a pensão será dividida em partes iguais entre todos os dependentes, que são Maria, os filhos e Dona Lorena, esta última desde que comprove que dependia economicamente do filho falecido.
- b) se Maria passar a viver maritalmente com outro homem de quem dependa economicamente enquanto seus filhos ainda forem menores, a sua parte na pensão reverterá em favor deles.
- c) se, posteriormente à concessão do benefício, tomar-se conhecimento de que Pedro tinha mais um filho menor havido de uma relação com outra mulher, este menor também fará jus à pensão, mas passará a partilhar do benefício apenas a partir de sua habilitação como dependente.
- d) a pensão que os dependentes fazem jus será devida a partir da data do requerimento do benefício, em qualquer hipótese, ressalvada a prescrição quinquenal das parcelas.

82. Assinalar a alternativa correta.

Em relação ao cálculo da renda mensal inicial dos benefícios de prestação continuada, pode-se afirmar que:

- I. o fator previdenciário não é aplicado no cálculo do salário-de-benefício dos benefícios que apresentam alto grau de imprevisão, como o auxílio-doença.
- II. se, no período básico de cálculo do benefício, o segurado tiver percebido benefício por incapacidade, a sua duração será considerada no cálculo da renda mensal inicial, considerando-se como salário-de-contribuição no período a renda



mensal do benefício por incapacidade, que não pode ser inferior a um salário mínimo.

- III. no cálculo do salário-de-benefício são considerados os maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% do período contributivo, que, no caso de segurados que já eram filiados quando da edição da Lei nº 9.876/99 (que alterou dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213), se inicia na competência de julho de 1994.
- a) Está correta apenas a assertiva I.
 - b) Está correta apenas a assertiva III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

83. Assinalar a alternativa correta.

Em relação à sistemática de reajustes do benefício previdenciário no regime da Lei nº 8.213/91, pode-se afirmar que:

- I. o valor do benefício reajustado não pode ultrapassar o teto de salário-de-benefício então vigente, salvo direito adquirido.
 - II. reajusta-se o benefício pelo mesmo índice de reajuste salarial concedido à categoria profissional a que pertence o segurado, ou do salário mínimo, no caso de segurados não-empregados, proporcionalmente à data de início do benefício no caso de primeiro reajuste.
 - III. no primeiro reajuste do benefício, a aplicação do índice proporcional à data de início do benefício ampara-se no fato de que todos os salários-de-contribuição são corrigidos monetariamente quando do cálculo da renda mensal inicial.
- a) Está correta apenas a assertiva II.
 - b) Está correta apenas a assertiva III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas I e III.

84. Assinalar a alternativa correta.

Para fins de aposentadoria por tempo de contribuição no Regime Geral de Previdência Social:

- I. o tempo de serviço militar pode ser computado como tempo de contribuição.
 - II. o tempo de serviço de trabalhador rural anterior à edição da Lei nº 8.213/91 pode ser computado como tempo de contribuição somente se o segurado comprovar o recolhimento das respectivas contribuições na época própria ou se indenizá-las.
 - III. o tempo em que esteve afastado do trabalho, em gozo de auxílio-doença, intercalado entre períodos de atividade, não pode ser computado como tempo de contribuição.
- a) Está correta apenas a assertiva I.
 - b) Está correta apenas a assertiva II.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.



d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

85. Assinalar a alternativa correta.

Donato, técnico em informática, sofreu um grave acidente de trânsito em 2003. Consolidadas as lesões, resultaram seqüelas que, embora não impeçam que desenvolva a mesma atividade, reduziram significativamente a sua capacidade de trabalho.

Diante deste quadro, pode-se afirmar que:

- I. o direito de Donato ao auxílio-acidente depende da caracterização do acidente de trânsito como acidente do trabalho ou que possa ser equiparado a acidente do trabalho.
 - II. Donato não fará jus ao auxílio-acidente, independentemente de estar ou não caracterizado o acidente de trabalho, se exercer sua atividade como profissional autônomo, enquadrado como segurado contribuinte individual.
 - III. se fizer jus ao auxílio-acidente, os valores que receber a este título serão computados no cálculo do valor de sua futura aposentadoria, quando então cessa o auxílio-acidente.
- a) Está correta apenas a assertiva I.
 - b) Está correta apenas a assertiva II.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

86. Assinalar a alternativa correta.

Em relação ao segurado contribuinte individual que se aposenta por invalidez no atual regime da Lei nº 8.213/91, pode-se afirmar que:

- I. pode exercer atividade remunerada sem prejuízo de sua aposentadoria, desde que a atividade seja compatível com sua incapacidade, mas fica obrigado a contribuir para a Previdência Social e desta atividade não resulta direito a nenhum benefício além daquele que já percebe.
 - II. deve ter o seu benefício imediatamente cancelado se, em perícia médica realizada pela autarquia previdenciária, for constatada a recuperação total da capacidade laboral.
 - III. fica obrigado a se submeter a exames médicos a cargo da Previdência Social enquanto estiver percebendo o benefício, independentemente da idade que possua, sob pena de suspensão da aposentadoria.
- a) Está correta apenas a assertiva II.
 - b) Está correta apenas a assertiva III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

87. Assinalar a alternativa correta.



- I. O aposentado por tempo de serviço pelo Regime Geral da Previdência Social, que se mantém em atividade abrangida por este regime ou a ela retorna, não fará jus a auxílio-doença se manifestar incapacidade temporária para o trabalho.
- II. Pagamentos efetuados a maior pela Previdência Social ao beneficiário podem ser descontados de forma parcelada diretamente do benefício mensal, salvo má-fé.
- III. A lei previdenciária veda o recebimento conjunto de aposentadoria e pensão por morte, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.
 - a) Está correta apenas a assertiva I.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

88. Assinalar a alternativa correta.

Em relação à jurisprudência dominante atual do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, pode-se afirmar que:

- I. o requisito contido no art. 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93 para a concessão de benefício assistencial a idosos e deficientes – cuja renda familiar mensal *per capita* seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo - não pode ser aplicado por violar o preceito constitucional do art. 203, V, visto que, se a Constituição Federal prevê o benefício no valor de um salário mínimo para a manutenção do idoso ou deficiente, este é o valor que deve ser entendido como condição para aquisição do benefício.
- II. a conversão dos benefícios previdenciários em Unidade Real de Valor (URV) em março de 1994 (Plano Real) deve ter por base a média dos valores reais dos benefícios, e não os valores nominais, em cada mês do quadrimestre considerado na média (novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994), aplicando-se a eles a variação integral do Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) do mês anterior.
- III. no Regime Geral da Previdência Social, o reconhecimento ou não da especialidade da atividade laboral para fins de contagem de tempo de serviço faz-se à luz da legislação em vigor quando implementados os requisitos para a aposentadoria e não da lei vigente quando o serviço foi prestado.
 - a) Está correta apenas a assertiva II.
 - b) Está correta apenas a assertiva III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - d) Todas as assertivas estão incorretas.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

89. Assinalar a alternativa correta.



À luz da convenção de Viena, pode-se afirmar que:

- I. o direito subjetivo de renunciar à imunidade de jurisdição pode ser exercido pelas pessoas que se encontram no exterior, a serviço de seu país.
 - II. o direito subjetivo de renunciar à imunidade de jurisdição somente pode ser exercido pelo Estado de que são nacionais as pessoas que se encontram no exterior a serviço de seu país.
 - III. se o agente diplomático ou uma pessoa que goza de imunidade de jurisdição inicia uma ação judicial, não lhe será permitido invocar a imunidade de jurisdição no tocante a uma reconvenção diretamente ligada à ação principal.
 - IV. a imunidade de jurisdição é irrenunciável.
- a) Está correta apenas a assertiva IV.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - d) Todas as assertivas estão incorretas.

90. Assinalar a alternativa correta.

A reparação é a finalidade da responsabilidade internacional do Estado, podendo ser efetivada nas seguintes formas:

- I. *restitutio in integrum*: é a reparação direta, ou seja, a colocação das coisas no estado anterior. Se tal restabelecimento não for possível, deverá haver uma indenização ou compensação equivalente.
 - II. sanções internas: presentes na hipótese de responsabilidade por atos de particulares.
 - III. sanções de natureza moral: caracterizam-se pela publicidade, apresentada, geralmente, por “pedido de desculpas” ou qualquer manifestação externa em honra do Estado atingido por seu ato.
 - IV. indenização: é a forma utilizada no caso de reparação por dano patrimonial, abrangendo os danos diretos (emergentes) e o lucro cessante. Não pode, todavia, ser fonte de enriquecimento ilícito.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.

91. Assinalar a alternativa correta.

- I. A denominação dos tratados internacionais é irrelevante para a determinação de seus efeitos ou de sua eficácia, sendo indiferente sejam chamados de acordo, convenção, ajuste, pacto ou liga.



- II. Segundo o número de Estados-partes, os tratados serão sempre multilaterais, sendo inadmissível a hipótese de tratado unilateral.
 - III. Segundo a possibilidade de participação, os tratados serão abertos ou fechados.
 - IV. Segundo o modo de entrada em vigor, os tratados poderão ser “em devida forma” ou “em forma simplificada”.
- a) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.

92. Assinalar a alternativa correta.

- I. A sentença arbitral estrangeira, à semelhança do que ocorre com a sentença arbitral nacional, independe de controle judicial para ser executada.
 - II. A competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para homologar sentença estrangeira não abrange a sentença arbitral estrangeira.
 - III. Para que possa ser executada no Brasil, a sentença arbitral estrangeira submete-se à necessária homologação pelo Supremo Tribunal Federal, que fará a análise dos requisitos formais para sua homologação.
 - IV. As condições de homologação de sentença arbitral estrangeira são distintas das previstas para validade da sentença arbitral nacional.
- a) Está correta apenas a assertiva I.
 - b) Está correta apenas a assertiva II.
 - c) Está correta apenas a assertiva III.
 - d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

93. Assinalar a alternativa correta.

- I. No Brasil a regra que determina a nacionalidade é a do nascimento em território nacional (*ius soli*) e não a da ascendência (*ius sanguinis*), sendo, portanto, brasileiros natos os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, ainda que de pais a serviço de seu país.
- II. Os filhos de brasileiros nascidos no exterior somente serão considerados brasileiros natos desde que venham a residir no Brasil e optem pela nacionalidade brasileira, mesmo que sejam filhos de pais que estavam ao tempo de seu nascimento a serviço do Brasil.
- III. O filho de diplomata brasileiro nascido na França, de mãe francesa, em período em que o pai estava a serviço do Brasil, é brasileiro nato, independente de qualquer outro requisito.
- IV. O filho de diplomata brasileiro nascido na França, de mãe francesa, em período em que o pai estava a serviço do Brasil, será considerado brasileiro nato, caso



venha a requerer a cidadania brasileira após completar a maioridade, como previsto nas convenções sobre a diplomacia de que o Brasil é signatário.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva II.
- c) Está correta apenas a assertiva III.
- d) Está correta apenas a assertiva IV.

94. Assinalar a alternativa correta.

- I. A deportação consiste na saída compulsória do estrangeiro, sendo admitida na forma da lei, e não será promovida nos casos em que implique extradição inadmitida pela lei brasileira.
 - II. É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranqüilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.
 - III. É passível de expulsão o estrangeiro que se entregar à vadiagem.
 - IV. Caberá exclusivamente ao Presidente da República resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão ou de sua revogação.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
 - d) Todas as assertivas estão corretas.

95. Assinalar a alternativa correta.

- I. O estrangeiro que tenha filho brasileiro não fica sujeito à extradição, mas poderá ser expulso mediante decreto de expulsão, editado de acordo com as hipóteses legais.
 - II. Não cabe ao Poder Judiciário examinar a conveniência e oportunidade de ato do Poder Executivo consistente na expulsão de estrangeiro, cuja permanência no país é indesejável e inconveniente à ordem e segurança públicas.
 - III. Havendo comprovação de que a ausência do expulsando pode ocasionar graves prejuízos de ordem material aos seus filhos, descabe a expulsão.
 - IV. A expulsão de estrangeiro é procedimento de obrigatório processamento perante o judiciário, em virtude do princípio do devido processo legal (*due process of law*).
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
 - b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
 - c) Todas as assertivas estão corretas.
 - d) Todas as assertivas estão incorretas.



DIREITO AMBIENTAL

96. Assinalar a alternativa correta.

A autoridade ambiental, verificando que está sendo construída obra em área declarada por lei como de preservação permanente, com alvará de edificação concedido pela autoridade municipal, deve:

- a) abster-se de tomar qualquer medida, porque o alvará permitindo a construção torna lícita a conduta do suposto infrator.
- b) embargar a obra tendo em vista o descumprimento da legislação ambiental.
- c) requerer o embargo da obra à autoridade judiciária, vez que na esfera administrativa é vedada a providência.
- d) requerer ao Ministério Público que promova o embargo da obra e providencie a apuração da responsabilidade civil e penal do infrator.

97. Assinalar a alternativa correta.

Em termos de responsabilidade civil, o causador de um dano ambiental, que além de atingir a coletividade, vem a causar prejuízo a uma pessoa individualmente, responde:

- a) de forma objetiva, cabendo à vítima demonstrar apenas o nexo causal entre o fato e o dano, bem como o seu montante.
- b) de forma objetiva pelo dano causado, desde que haja sentença julgando procedente a ação civil pública, com trânsito em julgado.
- c) de forma subjetiva, cabendo à vítima demonstrar a culpa do causador do dano.
- d) de forma subjetiva, cabendo à vítima apenas demonstrar o nexo causal entre o fato e o dano, bem como o seu montante.

98. Assinalar a alternativa correta.

A legislação do Brasil, em matéria de sanção penal por lesão ao meio ambiente:

- a) exclui a responsabilidade penal por considerá-la inadequada a tal tipo de infração, mantendo apenas a responsabilidade administrativa e civil.
- b) admite a existência de responsabilidade administrativa, civil e penal, ficando esta (penal) condicionada a hipóteses graves, apenas com reclusão.
- c) admite a existência de responsabilidade administrativa, civil e penal, abrangendo pessoas físicas e jurídicas.
- d) admite a existência de responsabilidade administrativa, civil e penal, ficando esta (penal) restrita a pessoas físicas.

99. Assinalar a alternativa correta.



A Constituição Federal assegura a proteção do meio ambiente cultural, abrangendo a expressão:

- a) o conjunto de bens imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil ou por sua importância arquitetônica.
- b) os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação ou à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, excluídos sítios de valor paisagístico, arqueológico ou paleontológico.
- c) os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade da sociedade brasileira, incluídos os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- d) conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil ou por sua importância arquitetônica e que tenham sido tombados por ato do Poder Público.

100. Assinalar a alternativa correta.

O estudo de impacto ambiental, decorrência direta do mandamento constitucional que ordena a medida como forma de prevenção de danos ao meio ambiente, deve ser realizado:

- a) na obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, explicitamente mencionadas no Anexo I da Resolução CONAMA 237, de 19-12-1997, cujo rol é taxativo.
- b) em qualquer obra ou atividade pública, desde que, a critério da autoridade ambiental, possa haver risco de lesão ao meio ambiente.
- c) na obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, incluindo as mencionadas no Anexo I da Resolução CONAMA 237, de 19-12-1997, cujo rol não é taxativo, sendo sempre obrigatória a realização de audiência pública.
- d) na obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, incluindo as mencionadas no Anexo I da Resolução CONAMA 237, de 19-12-1997, cujo rol não é taxativo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

**XI CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO**

GABARITO DA PROVA SELETIVA

01. B	26. B	51. C	76. A
02. D	27. B	52. D	77. C
03. B	28. ANULADA	53. B	78. B
04. C	29. D	54. D	79. B
05. D	30. D	55. C	80. A
06. A	31. A	56. D	81. C
07. A	32. B	57. A	82. C
08. C	33. B	58. D	83. D
09. A	34. C	59. A	84. A
10. A	35. C	60. D	85. D
11. B	36. C	61. C	86. B
12. C	37. C	62. A	87. B
13. B	38. D	63. A	88. D
14. ANULADA	39. D	64. D	89. C
15. C	40. A	65. A	90. D
16. A	41. A	66. C	91. C
17. D	42. C	67. A	92. D
18. C	43. D	68. B	93. C
19. D	44. B	69. A	94. D
20. B	45. ANULADA	70. D	95. B
21. A	46. C	71. A	96. B
22. A	47. A	72. D	97. A
23. D	48. D	73. C	98. C
24. A	49. D	74. D	99. C
25. C	50. A	75. B	100. D

Des. Federal José Luiz Borges Germano da Silva
Presidente da Comissão Examinadora